

ARTE NA SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO E SERVIDORES DO CAMPO DO DIREITO: NO PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

ART IN RAISING AWARENESS OF THE PUBLIC AND LAW SERVANTS: IN THE PALACE OF JUSTICE OF PERNAMBUCO

EL ARTE EN LA CONCIENCIACIÓN DE LOS SERVIDORES PÚBLICOS Y DE LA LEY: EN EL PALACIO DE JUSTICIA DE PERNAMBUCO

Jair Rocha de Oliveira Filho¹
Thayza Wanessa Silva Souza Felipe²

RESUMO: A pesquisa demonstrou que a integração da arte no Poder Judiciário contribui significativamente para a humanização do ambiente institucional, promovendo o desenvolvimento integral dos servidores e fortalecendo a aproximação da justiça com a sociedade. A adoção de práticas artísticas revela-se, assim, um instrumento relevante para a construção de uma Justiça mais acessível, sensível e comprometida com a transformação social, aspectos que muitas vezes, permanecem inexplorados pela educação formal. A partir da experiência de um grupo de teatro amador formado por servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que encenou o espetáculo "Arte e Histórias no Palácio", propõe-se analisar a relação entre arte e poder institucional, bem como a arquitetura como linguagem política, e a importância da história e da memória no contexto do Palácio da Justiça de Pernambuco. O estudo busca compreender de que maneira práticas artísticas, inseridas em ambientes institucionais, podem ampliar a consciência histórica, promover a humanização das relações sociais e fortalecer a identidade cultural no espaço do Poder Judiciário.

4478

Palavras-chave: Arte. Teatro. Judiciário.

ABSTRACT: The research demonstrated that the integration of art in the Judiciary Branch contributes significantly to the humanization of the institutional environment, promoting the integral development of employees and strengthening the connection between justice and society. The adoption of artistic practices thus proves to be a relevant instrument for the construction of a justice system that is more accessible, sensitive and committed to social transformation, which often remains unexplored by formal education. Based on the experience of an amateur theater group formed by employees of the Court of Justice of Pernambuco (TJPE), which staged the show "Art and Stories in the Palace", the aim is to analyze the relationship between art and institutional power, as well as architecture as a political language, and the importance of history and memory in the context of the Palace of Justice of Pernambuco. The study seeks to understand how artistic practices, inserted in institutional environments, can expand historical awareness, promote the humanization of social relations and strengthen cultural identity in the space of the Judiciary Branch.

Keywords: Art. Theater. Judiciary.

¹Discente, Veni Creator Christian University.

²Doscente, eni Creator Christian University.

RESUMEN: La investigación demostró que la integración del arte en el Poder Judicial contribuye significativamente a la humanización del entorno institucional, promoviendo el desarrollo integral de los empleados y fortaleciendo la conexión entre la justicia y la sociedad. La adopción de prácticas artísticas se revela así como un instrumento relevante para la construcción de una Justicia más accesible, sensible y comprometida con la transformación social, un ámbito a menudo inexplorado por la educación formal. A partir de la experiencia de un grupo de teatro amateur formado por empleados del Tribunal de Justicia de Pernambuco (TJPE), que presentó el espectáculo "Arte e Historias en el Palacio", el objetivo es analizar la relación entre el arte y el poder institucional, así como la arquitectura como lenguaje político, y la importancia de la historia y la memoria en el contexto del Palacio de Justicia de Pernambuco. El estudio busca comprender cómo las prácticas artísticas, insertadas en entornos institucionales, pueden ampliar la conciencia histórica, promover la humanización de las relaciones sociales y fortalecer la identidad cultural en el espacio del Poder Judicial.

Palabras clave: Arte. Teatro. Poder Judicial.

INTRODUÇÃO

O programa "Portas Abertas" do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), criado em 2018, idealizado por Sônia Bierbard, atriz, poetisa, escritora, diretora e servidora, lotada no Setor de Relações Públicas da Assessoria do Cerimonial, foi criado com o objetivo de aproximar a Justiça da sociedade, trazendo o público externo (estudantes de escolas e faculdades, do Recife e Região Metropolitana) e o público interno — servidores, magistrados, estagiários e prestadores de serviço — para conhecerem, através de visita guiada ao Palácio da Justiça, uma experiência educativa e cultural.

Até então, a visita era guiada por uma pessoa que ia contando a história. Então: “Olha, aqui é o Salão Nobre. Olha, aqui é o Salão dos Passos Perdidos”, Quando Sônia soube da existência do grupo de Teatro a “Trupe do Faz e Conta”, formado por servidores do TJPE, ela, teve um insights, por que não transformar a visita guiada, incorporando a arte teatral como ferramenta de valorização da memória institucional e de aproximação com o público. Fez convite, a Trupe do Faz e Conta, aceitou com bastante entusiasmo, nos primeiros encontros o texto cênico foi elaborado de forma dialógica, entre os integrantes do grupo, sendo criado “Arte e Histórias no Palácio da Justiça de Pernambuco”

Em seguida, tiveram início os ensaios, com exercícios de voz, corpo e improvisação. Havia grande envolvimento por parte dos participantes, que, mesmo se reunindo fora do expediente de trabalho, demonstravam entusiasmo e comprometimento com o projeto. As atividades foram conduzidas sob a direção de Bierbard, cuja orientação contribuiu significativamente para o amadurecimento da proposta cênica.

A ação cultural, coordenada e promovida pela atriz e escritora Sônia Bierbard, o público passou a conhecer a estrutura do Tribunal de maneira lúdica e educativa, explorando sua história, seu valor arquitetônico e a importância da justiça no cotidiano da sociedade.

Segundo a diretora Sônia Bierbard, a iniciativa de narrar a história do Palácio da Justiça revelou-se de extrema relevância para a promoção da cidadania. A diretora salientou a importância do apoio institucional da Presidência do Tribunal e destacou o engajamento dos servidores, que participaram da encenação como atores e atrizes. Tal envolvimento propiciou aos servidores uma reflexão acerca da função social que exercem enquanto agentes públicos.

No que concerne ao público-alvo, Bierbard enfatizou além do caráter pedagógico da atividade, voltada para a transmissão de conhecimentos de forma clara e objetiva, com foco na conscientização sobre os direitos e deveres do cidadão, leva o público a uma experiência de encantamento. O Palácio da Justiça, nesse contexto, foi ressignificado como espaço educativo e cultural, aproximando a sociedade da história e das atribuições do Poder Judiciário, e apresentando seu papel na promoção da justiça e da paz social.

Ao integrar servidores, estudantes, turistas e a comunidade em geral, a iniciativa transcendeu os limites da expressão artística, consolidando-se como um projeto de relevante impacto social e educativo. O projeto Tribunal de Portas Abertas ultrapassou significativamente seu objetivo inicial de aproximar a população do Judiciário. A iniciativa gerou um ambiente de bem-estar organizacional, especialmente entre os integrantes do grupo de teatro, mas também entre os demais colegas de trabalho, que assistiram às apresentações ou souberam da repercussão positiva da experiência. Muitos manifestaram entusiasmo, afirmando, por exemplo: "Foi excelente o que fizeram. Quando haverá outro espetáculo?" Esse retorno espontâneo contribuiu para tornar o ambiente profissional mais leve, colaborativo e produtivo.

Diante dos resultados expressivos, o espetáculo Arte e Histórias no Palácio da Justiça foi levado a instituições externas, como o tradicional Ginásio Pernambucano, onde alcançou estudantes do ensino médio. Em uma das apresentações, uma aluna declarou: "É uma iniciativa muito boa, pelo fato de a gente poder aprender mais sobre o Tribunal de Justiça. Pudemos ver que a Justiça evoluiu muito, e isso ajuda a tirar aquela imagem negativa que a gente tem da Justiça brasileira."

Esse tipo de retorno evidencia o potencial da arte como ferramenta de aproximação entre o Judiciário e a sociedade, especialmente entre o público jovem, além de demonstrar sua

capacidade de transformar percepções e estimular um olhar mais positivo e consciente sobre o sistema de justiça.

“Arte e Histórias no Palácio da Justiça”, que parte do princípio de que a arte não é apenas um espelho da sociedade, mas um agente ativo na projeção e construção de um futuro comum. Ao contrário do que muitos supõem, arte e direito estão profundamente interligados: essa interdisciplinaridade fortalece uma justiça mais humana e próxima do cidadão. Ao incorporar o teatro como linguagem artística, o Tribunal de Justiça de Pernambuco oferece ao público uma experiência imersiva, aproximando-o dos valores e processos judiciais e tornando o sistema de justiça mais acessível e transparente. A partir de uma pesquisa detalhada sobre as figuras históricas ligadas ao Tribunal, elaborou-se um roteiro que dá voz aos protagonistas — governadores, arquitetos, escultores e pintores — resgatando suas trajetórias e permitindo que, em cena, eles próprios apresentem suas obras, vitrais de autoria de Marianne Perreti e Henrich Moser, as esculturas na parte externa da cúpula, a justiça e a família e a justiça e o homem, feitas por Bibiano Silva e conquistas. Nossa público alvo da ação foi composto por alunos de escolas públicas, servidores do TJPE e a comunidade em geral. Para garantir o acesso dos estudantes, o Tribunal disponibilizou transporte gratuito desde as escolas até o Palácio da Justiça, assegurando que todos pudessem participar dessa experiência cultural e educativa. Logo após a chegada, os visitantes eram conduzidos por uma visita guiada que se iniciava no Salão dos Passos Perdidos, seguindo pelo Tribunal do Júri, passando pela Sala dos Desembargadores, até culminar no imponente Salão Nobre — espaço solene onde tradicionalmente são recebidas as autoridades.

Ao final do percurso, o Presidente do Tribunal fazia uma breve fala de encerramento, agradecendo a presença dos visitantes e ressaltando o papel fundamental do Judiciário: promover a paz social e garantir o acesso à justiça de forma cidadã e democrática.

REVISÃO DE LITERATURA

A presente pesquisa fundamenta-se nas contribuições teóricas de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Augusto Boal, Jacques Le Goff, e na dissertação de Carla Romeiro, além de entrevistas e reportagens relacionadas ao Palácio da Justiça de Pernambuco.

Augusto Boal (1977), propôs em Teatro do Oprimido, uma aproximação entre a arte e o direito, especialmente por meio do teatro, oferece uma oportunidade singular para refletir sobre conceitos fundamentais como justiça e equidade. O teatro, ao representar situações de conflito

e opressão, permite que os participantes e espectadores questionem e ressignifiquem construções sociais estabelecidas. Essa abordagem proporciona um espaço para explorar meios alternativos de resolução de conflitos, promovendo uma compreensão mais profunda e empática das questões jurídicas e sociais envolvidas.

Michel Foucault (1975), em sua análise sobre as relações de poder, destaca que o poder está presente em todas as relações sociais e se manifesta de maneira difusa, influenciando as instituições e práticas sociais, incluindo o sistema jurídico . Pierre Bourdieu (1989), ao conceituar o campo jurídico, enfatiza que este é um espaço de disputas simbólicas, onde os agentes lutam pelo monopólio da autoridade para definir o que é considerado legítimo no âmbito do direito

A dissertação de Carla Romeiro (2023), intitulada "O Palácio da Justiça de Pernambuco: da pedra fundamental à inauguração (1924-1930)", oferece uma análise detalhada sobre a construção e o significado histórico do edifício, contribuindo para a compreensão do espaço como um símbolo do poder judiciário e da memória institucional.

Além das referências teóricas, a pesquisa também se apoia em entrevistas realizadas com Sonia Bierbard, diretora da peça "Arte e Histórias no Palácio da Justiça", e em reportagens publicadas no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que documentam as atividades culturais desenvolvidas no âmbito do programa "Tribunal de Portas Abertas".

Essas fontes, em conjunto, permitem uma interpretação abrangente do Palácio da Justiça não apenas como sede do poder judiciário, mas como um espaço simbólico que reflete as relações entre arte, direito, memória e poder institucional.

MÉTODOS

Com a criação do espetáculo "Arte e Histórias no Palácio da Justiça", a ação cultural, coordenada e promovida pela atriz e escritora Sônia Bierbard, o público passou a conhecer a estrutura do Tribunal de maneira lúdica e educativa, explorando sua história, seu valor arquitetônico e a importância da justiça no cotidiano da sociedade.

Entre os objetivos centrais da iniciativa destacam-se a promoção do acesso à justiça, a demonstração de métodos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação, e o incentivo à compreensão da justiça como instrumento de paz social. A atividade também teve um impacto significativo sobre os próprios servidores: a experiência de participar da peça permitiu reflexões profundas sobre o valor histórico do Palácio da Justiça e sobre a

missão dos servidores públicos, muitos dos quais, apesar de atuarem diariamente no local, desconheciam sua relevância histórica e cultural.

Assim, a proposta revelou-se extremamente vitoriosa, tanto no fortalecimento dos laços entre o Tribunal e a sociedade quanto na valorização da identidade institucional entre seus colaboradores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Arte e Poder institucional

Simbologia e Poder em Pierre Bourdieu

“Habitus”, “Campo” e “Capital” são conceitos importantes do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989). Sua teoria nos oferece uma chave fundamental para compreender como os símbolos e os sistemas de significação operam como instrumentos de dominação e de reprodução social. A simbologia composta por signos, gestos, rituais, imagens, arquitetura e linguagem, não é neutra nem meramente comunicativa: ela é um espaço de luta pelo poder.

Imagen 1 [A Justiça e a Família] - Uma das esculturas da fachada do palácio da Justiça, obra do mestre-escultor pernambucano Bibiano Silva.



4483

Fonte [Bibiano Silva]: Foto retirada do site <https://bibianosilva.org/>

O habitus, outro conceito central do autor, refere-se às disposições incorporadas que moldam a percepção e a ação dos indivíduos dentro desses campos. Assim, a eficácia da simbologia na manutenção do poder depende da internalização dessas estruturas simbólicas pelos sujeitos. Quando os símbolos de autoridade são reconhecidos e aceitos como legítimos, a dominação simbólica se torna eficaz e invisível (BOURDIEU, 1989).

Imagen 2 [A Justiça e o Homem] - Uma das esculturas da fachada do palácio da Justiça, obra do mestre-escultor pernambucano Bibiano Silva



4484

Fonte [Bibiano Silva]: Foto retirada do site <https://bibianosilva.org/>

Uma forma sutil e invisível de dominar os dominados, é chamada por Bourdieu de "violência simbólica" de dominação que se exerce por meio da imposição de significados. Diferentemente da violência física ou econômica, a violência simbólica atua sobre o consentimento dos dominados, naturalizando hierarquias e legitimações sem o uso explícito da força. Ela se manifesta, por exemplo, quando um estilo de vida ou uma estética é consagrada como superior, invisibilizando outros modos de existir (BOURDIEU, 1999).

Essa dinâmica está profundamente enraizada naquilo que Bourdieu (1989) chama de "campo", ou seja, um espaço social onde agentes e instituições disputam capital simbólico —

prestígio, legitimidade, autoridade. Cada campo possui suas próprias regras e estruturas de reconhecimento, e é nesse espaço que a simbologia ganha função política. A arquitetura de um palácio, o traje de um magistrado, o vocabulário técnico de uma profissão, por exemplo, não são apenas expressões culturais, mas formas de reafirmação de uma ordem social específica.

Portanto, segundo Bourdieu, a simbologia não apenas representa o poder, mas é um instrumento de sua realização. Compreender os mecanismos simbólicos é desvelar os processos pelos quais o poder se reproduz sob formas sutis, mas profundamente enraizadas no tecido social.

Arquitetura, Poder e Memória no Palácio da Justiça de Pernambuco

O Palácio da Justiça de Pernambuco, situado no centro histórico do Recife, constitui um dos mais expressivos marcos do poder judiciário no estado. Sua imponência arquitetônica, seus elementos simbólicos e sua localização privilegiada não apenas refletem um projeto estético e funcional, mas articulam-se de maneira profunda com os mecanismos de poder e memória social. A partir das contribuições teóricas de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Jacques Le Goff, é possível interpretar esse espaço não apenas como sede da justiça, mas como um dispositivo de poder, disciplina e produção simbólica.

4485

Segundo Michel Foucault (1975), a arquitetura das instituições modernas funciona como uma tecnologia de vigilância e organização dos corpos. O espaço arquitetônico não é neutro: ele molda comportamentos, regula acessos e opera como um instrumento de normalização. No caso do Palácio da Justiça, a disposição dos ambientes, os rituais jurídicos e os códigos visuais presentes em sua estrutura materializam o que o autor chama de “microfísica do poder” — formas sutis, porém eficazes, de condução das condutas. Como afirma o próprio Foucault: “o espaço é uma máquina de fazer ver e de fazer falar” (1975, p. 199).

Essa dimensão simbólica é aprofundada por Pierre Bourdieu (1989), para quem a arquitetura institucional participa daquilo que define como “violência simbólica”: a imposição, pelos grupos dominantes, de sistemas de significação socialmente legitimados. O Palácio da Justiça, com sua monumentalidade e seus signos de autoridade, produz e reforça uma visão de mundo específica — jurídica, hierárquica, racionalizada — que tende a se impor como natural. Para Bourdieu, “o poder simbólico é um poder de constituir o dado pelo enunciado, de fazer ver e fazer crer” (1989, p. 10).

Por fim, sob a perspectiva de Jacques Le Goff (1990), esse edifício é também um local de memória institucionalizada. A memória, para o autor, é seletiva e socialmente construída, e os espaços públicos — como palácios, museus e monumentos — desempenham papel crucial na preservação de narrativas históricas. No Palácio da Justiça de Pernambuco, a memória que se perpetua é, muitas vezes, a dos vencedores: heróis jurídicos, símbolos do Estado e da ordem. Os esquecimentos — das vozes subalternas, das lutas por acesso à justiça, das desigualdades processuais — também são formas ativas de construção do passado.

Assim, o Palácio da Justiça não é apenas um espaço de exercício jurídico, mas um lugar de disputa simbólica e de gestão da memória social. Compreendê-lo à luz desses pensadores permite desvelar camadas profundas do poder, inscritas na materialidade da cidade e nos gestos cotidianos que ali se desenrolam.

História e Memória no Palácio da Justiça de Pernambuco

Imagen 3 [Fachada Frontal] - Fachada frontal do Palácio da Justiça



4486

Fonte [Folha de Pernambuco]: Foto retirada do site <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/tjpe-funciona-em-regime-de-plantao-na-terca-feira/5658/>

O Palácio da Justiça de Pernambuco, localizado no coração do Recife, é mais do que uma sede do poder judiciário: é um espaço onde a história e a memória se entrelaçam em formas visíveis e simbólicas. Sua arquitetura neoclássica, os vitrais, os mármores e as esculturas não

apenas embelezam o edifício, mas também operam como instrumentos de memória oficializada, reafirmando valores, tradições e visões de mundo construídas ao longo do tempo.

Erguido no início do século XX, o palácio é fruto de um projeto que reflete os ideais de progresso, ordem e autoridade. Cada detalhe arquitetônico carrega marcas de uma narrativa histórica: da concepção republicana do espaço público à exaltação do Direito como pilar da civilização. Nesse sentido, o edifício não apenas abriga a justiça, mas a encena, criando um cenário onde o poder se manifesta também por meio da estética e da simbologia.

No entanto, se a história do palácio pode ser contada pelos documentos e registros oficiais, a memória social se manifesta de forma mais complexa. Há memórias vividas e sentidas por aqueles que transitaram por seus corredores, servidores, juízes, advogados, populares e há também as ausências: vozes silenciadas, grupos sociais que historicamente tiveram pouco ou nenhum acesso à justiça institucional. Assim, o Palácio da Justiça é também um espaço de disputa de memórias. Ele pode ser lido como um símbolo da ordem estabelecida, mas também como uma oportunidade de reinterpretação crítica do passado. Exposições, ações educativas e reflexões sobre sua história arquitetônica e institucional podem ajudar a reconfigurar esse espaço não apenas como testemunho de um poder tradicional, mas como um lugar de diálogo com a sociedade.

4487

Nesse processo, a relação entre história e memória ganha contornos ainda mais importantes. Reconhecer o palácio como um artefato histórico é importante, mas reconhecer as memórias múltiplas e muitas vezes ocultas que ele abriga é fundamental para democratizar o acesso ao passado e ampliar a noção de justiça no presente.

CONCLUSÃO

O programa Tribunal de Portas Abertas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi bem além de suas metas iniciais ao incorporar a linguagem teatral por meio da peça Arte e Histórias no Palácio da Justiça. Essa iniciativa revelou-se eficaz na sensibilização de servidores e do público em geral, promovendo reflexões sobre os valores democráticos, a história institucional e os princípios fundamentais do Direito.

A experiência demonstrou que a arte, especialmente o teatro, pode ser uma ferramenta poderosa na humanização do ambiente jurídico, permitindo que participantes e espectadores questionem e ressignifiquem construções sociais estabelecidas. Além disso, o teatro oferece um

espaço para explorar meios alternativos de resolução de conflitos, promovendo uma compreensão mais profunda e empática das questões jurídicas e sociais envolvidas.

A receptividade positiva por parte de estudantes, servidores e do público em geral reforça a importância de integrar práticas artísticas no cotidiano das instituições públicas. Dessa forma, recomenda-se que ações semelhantes sejam incorporadas de forma contínua à rotina institucional, não apenas no TJPE, mas também em outras esferas do serviço público. A valorização da arte como elemento essencial na formação humana e no fortalecimento da cidadania é fundamental para o aprimoramento das práticas jurídicas e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR CRN. O Palácio da Justiça de Pernambuco: da pedra fundamental à inauguração (1924-1930). Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

BOAL A. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BOURDIEU P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FOUCAULT M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

4488

LE GOFF J. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Portas abertas: conheça a história da sede do TJPE. Disponível em: https://portal.tjpe.jus.br/comunicacao/-/asset_publisher/ubhLo4hQXv5n/content/portas-abertas-conheca-a-historia-da-sede-do-tjpe. Acesso em: 20 abr. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Projeto TJPE vai à escola é lançado no Ginásio Pernambucano. Disponível em: https://portal.tjpe.jus.br/comunicacao/-/asset_publisher/ubhLo4hQXv5n/content/projeto-tjpe-vai-a-escola-e-lancado-no-ginasio-pernambucano. Acesso em: 28 fev. 2025.